

ACTA

---- Ao sexto dia do mês de Julho de 2004, pelas 17:00 horas, nas instalações da Direcção Municipal Ambiente e Serviços Urbanos, sita à Rua de S. Dinis, 249, no Porto, reuniu o Conselho Municipal do Ambiente do Município do Porto, com a presença do Sr. Vereador do Pelouro do Ambiente e da Reforma Administrativa, Eng.º Rui Sá, da Sr.ª Eng. Manuela Álvares, Directora Municipal de Ambiente e Serviços Urbanos, do Sr. Prof. Dr. Adriano Bordalo e Sá, da Sr.ª Arq.ª Dulce Marques de Almeida, da ARPPA, do Sr. Eng. Nuno Quental, da Campo Aberto, do Sr. Paulo Talhadas dos Santos, da FAPAS, do Sr. Belmiro Cunha, da NDMALO, do Sr. António Luz, da Olho Vivo, da Sr.ª Dr.ª Marta PortoCarrero, da Sr.ª Eng.ª Isabel Martins, da APRIL, do Sr. Joaquim Moreira Peixoto da QUERCUS, do Sr. Arqto Vasco Morais Soares do CDS/PP, do Sr. João Silva, da CDU, do Sr. Arqto António Lacerda da Direcção Municipal de Urbanismo, da Sr.ª Eng.ª Ana Caramujo do Departamento Municipal de Espaços Verdes e Higiene Pública na qualidade de observadora e do Sr. Hugo Silva do Jornal de Notícias e na qualidade de observador, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

---1- Apresentação do Plano Estratégico de Ambiente para a Área Metropolitana do Porto-----

---2- Discussão do PDM-----

--- A mesa foi secretariada pela Sr.ª Eng.ª Cláudia Cardoso -----

--- A reunião iniciou-se com a proposta do Sr. Vereador Eng.º Rui Sá, de autorizar os observadores Eng.ª Ana Caramujo e Sr. Hugo Silva assistirem à reunião, a que ninguém manifestou objecção. -----

---- Seguiu-se a apresentação do Plano Estratégico pelo Sr. Eng.º Nuno Quental, que referiu que o Plano consistia na implementação de uma política de ambiente integrada para a área metropolitana do Porto. Mais referiu que era objectivo do Plano a avaliação da situação ambiental da Cidade, que conjuntamente com uma forte participação pública originaria uma série de soluções ao nível da área metropolitana.-----

---O Sr. Vereador, no seguimento da intervenção do Sr.^a Eng.^o Nuno Quental, assinala as diferenças entre o projecto Agenda Local 21 e o Plano Estratégico para a área metropolitana, referindo que são distintos mas complementares, o que foi reafirmado pela Sra. Eng.^a Isabel Martins.-----

---O Sr. Prof. Dr. Adriano Bordalo e Sá intervém, referindo que a aplicação da participação pública nas políticas é um processo essencial e que o facto da Câmara Municipal de Gaia não estar incluída no Plano de Ambiente para a área metropolitana poderá ser um entrave ao sucesso do Plano. Refere ainda que o Plano deveria ter partido da Área Metropolitana.-----

---- Relativamente à participação pública no Plano, o Sr. Belmiro chama a atenção dos organizadores para compreenderem a população, que frequentemente preenche questionários e participa em projectos, e que não vê resultados. Indica o exemplo do Mindelo como um caso de sucesso de aplicação da Agenda Local 21-----

---- Em resposta ao Sr. Belmiro, o Sr. Eng.^o Nuno Quental, refere que o resultado da participação pública não é para ficar no esquecimento e que é benéfico potenciar a comunicação entre as Associações, Câmaras Municipais, Técnicos e população. Refere ainda que se encontra em estudo um Conselho Municipal do Ambiente Intermunicipal.-----

---- O Sr. Vereador questiona do timing do Plano, ao que o Sr. Eng.^o Nuno Quental refere que o Plano estará concluído no final de 2005.-----

--- O Sr. Arqtº Vasco Soares refere que a Lei diz que um PDM alterado por Assembleia Municipal, origina a duplicação do prazo de consulta pública.-----

---- De seguida procedeu-se ao ponto dois da ordem de trabalhos. O Sr. Vereador expõe a decisão do Pelouro do Urbanismo em não fazer apresentação do novo PDM perante o CMA, mas que se encontra disponível para responder às questões, através do Arqtº António Lacerda. O Sr Vereador refere ainda que o índice de capacidade construtiva é uma das suas preocupações no PDM, devido à sua aplicabilidade em sítios como o Parque da Cidade, distintos do Centro da Cidade.-----

--- O Sr. Arqtº Lacerda, em resposta ao Sr. Vereador, aponta que o índice construtivo é médio para qualquer ponto da Cidade e só se aplica para efeitos

de per equação. Mais refere que as regras ainda não estão plenamente definidas.-----

--- O Sr. Vereador refere do estudo elaborado pela jurista Dra Fernanda Paula, que diz que a lei é dúbia relativamente a esta matéria e que o seu parecer assenta que quando há alterações significativas ao PDM, deverá existir novo período de discussão pública que no mínimo deverá ser o mesmo prazo da primeira consulta. -----

--- O Sr. Arqtº Vasco Soares afirma desconfiar destas interpretações, sendo a lei muito clara.-----

--- O Sr. Belmiro reafirma a posição do Sr. Arqtº Vasco Soares duvidando dos pareceres jurídicos e perguntando onde está publicado o anúncio do período de revisão. Refere ainda como grande preocupação o facto do PDM permitir a construção em áreas verdes públicas. -----

----A Dra. Marta Portocarrero refere que desconhece o parecer da jurista, mas que o parecer será credível dado a Dra. Fernanda Paula ser a maior especialista na área. -----

--- O Sr. Arqtº Vasco Soares salienta a imprudência do Município em basear-se em pareceres jurídicos. -----

--- O Prof. Dr. Bordalo e Sá apresenta como preocupação a Carta 0-1: Uso dos Solos. Refere que quer ver respondidas na próxima reunião as questões “Como se compatibiliza a protecção de espaços naturais com o emparedamento da Foz do Rio Tinto e Torto?”, “ e com o Molhe Norte?”, “ e com a marina/fluvina projectada?”, “Uma vez que o prédio Coutinho de Gondomar prevê uma marina, vão existir duas marinas?”. O Prof. Dr. Bordalo e Sá termina referindo da necessidade urgente de comunicação entre Municípios. -----

--- O Sr. Vereador propõe que a acta da reunião seja enviada para a Comissão de Acompanhamento do PDM, onde o CMA, na qualidade de órgão consultivo solicita a resposta atempada a todas as questões levantadas neste ponto de trabalho. -----

--- O Sr. Eng.º Nuno Quental lamenta o tipo de respostas dadas pela Câmara Municipal, referindo que não foram incluídas nenhuma das contribuições das

várias associações. Mais questiona “Qual a intenção clara da CMP para o Parque da Cidade, e portanto para o respectivo UOPG?”, “Porquê a insistência da construção desnecessária da Alameda de Azevedo?”, “Porque é que desapareceram os artigos 20º e 21º do 1º PDM?”, “Porque é que a participação pública é alheada do novo PDM?”. -----

--- A Sra Eng.^a Ana Caramujo pede ao Sr Vereador para intervir, que após autorização questiona “Porque é que não são representadas todas as linhas de água da Cidade? Porque é que não há uma representação rigorosa?”, “Porque é que o novo PDM permite a construção em áreas de risco de cheia, como a Ribeira da Granja já certificada pelo INAG?”, “Porque é que as zonas de risco geotécnico não são salvaguardadas, com a remissão às cartas geotécnicas?”, “Porque é que não há defesa do contínuo de estrutura ecológica? “Porque é que não há salvaguarda do domínio hídrico subterrâneo, uma vez que até foi proposto a elaboração de um regulamento de escavações?”. Mais refere do pouco tempo fornecido aos Serviços Municipais para a consulta das cartas. -----

--- O Sr. João Silva reafirma a preocupação relativa à construção em espaços verdes e questiona “ Estão previstas ligações entre estes espaços, nomeadamente por pistas cicláveis?” -----

--- O Sr. Vereador lembra que o PDM se encontra para consulta nas Juntas, e na Câmara, podendo ser também consultado na Direcção de Ambiente e Serviços Urbanos. Dá a palavra ao Sr. Arqtº Lacerda de modo a poder responder às questões levantadas. -----

--- O Sr. Arqtº Lacerda refere que não poderá responder à totalidade das questões, uma vez que não esteve envolvido no processo desde o início. Relativamente à ocupação dos espaços verdes, nomeadamente o Parque da Cidade, trata-se de uma opção política e técnica de abrir a possibilidade de outros tipos de ocupação no Parque da Cidade. Refere da real intenção de tornar a VCI uma via urbana, nomeadamente da construção de túneis em locais em trincheira. Relativamente às Cartas geotécnicas desconhece o seu objectivo e para que servem. No domínio público hídrico refere que são opções políticas e técnicas e há quem concorde e quem não concorde. As respostas

da CMP aos contributos da consulta pública, foram as que a CMP quis dar. Concorda com a não inclusão da participação pública no PDM, mas desconhece quem fez essa opção. -----

--- O Sr. Arqtº Vasco Soares explica que as cartas geotécnicas são úteis para os projectistas identificarem se o local onde vão construir está ou não em zona de risco. Mais refere que existem nas encostas do Douro sítios de rocha fracturante com a possibilidade de deslizamento e questiona “Vale a pena considerá-las zonas verdes? Não será melhor por ex. permitir a construção para consolidar a encosta?”. -----

--- O Sr. Prof. Dr. Bordalo e Sá refere que era útil que a CMP tivesse a carta de linhas de água para identificar as ligações ilegais às ribeiras, ao que a Sra Eng.ª Ana Caramujo refere que essa carta já existe nos Serviços. -----

--- O Sr. Dr. Paulo Talhadas refere que as respostas dadas pela CMP aos contributos da consulta pública foram quase insultuosas ao trabalho elaborado e questiona “Que critério foi usado (se político ou técnico) para definir 5% de impermeabilização das zonas verdes?” e “Porque é que a CMP não prevê nas zonas de protecção às áreas naturais, a construção de uma infra-estrutura de educação ambiental?”. -----

--- O Sr. Vereador propõe que a acta desta reunião seja enviada a todos os membros até sexta-feira de modo a poder obter contribuições até 2ª feira, permitindo o envio atempado das questões à comissão de acompanhamento do PDM. -----

---- Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a presente sessão e elaborada a presente acta que vai ser assinada por todos os membros presentes -----

Porto 6 de Julho de 2004